

Diário Oficial

do Estado de São Paulo — (E. U. do Brasil)

NUMERO DO DIA ... 175.000

NUMERO ATRAZADO DO ANO CORRENTE ... 000.000

Diário do Executivo INTERVENTORIA FEDERAL

SUMARIO

ATOS DO INTERVENTOR FEDERAL

- Decreto-lei n. 16.070, de 12 de setembro de 1946 (Retificação)
- Decreto-lei n. 16.071, de 12 de setembro de 1946 (Retificação)
- Decreto-lei n. 16.072, de 12 de setembro de 1946 (Retificação)
- Decreto-lei n. 16.075, de 12 de setembro de 1946 (Retificação)
- Decreto-lei n. 16.085, de 14 de setembro de 1946 (Retificação)

SECRETARIA DO GOVERNO

Decretos lavrados no Departamento do Serviço Público — Departamento do Serviço Público — Decreto de 12 do corrente

Educação e Saúde Pública — Decretos de 12 do corrente (Retificações)

SECRETARIA DO GOVERNO

Departamento do Serviço Público — Ato do Diretor Geral — Portarias do Secretário do Governo — Apostilas do Diretor Geral — Títulos registrados

cretário do Governo
Departamento Estadual do Trabalho — Despachos do Diretor Geral

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO Resoluções — Expediente da Diretoria Geral SECRETARIAS DE ESTADO

SECRETARIA DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR — Diretoria Geral — Despesa autorizada — Conselho Penitenciário — Portaria n. 56

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA — Diretoria do Pessoal — Ato do Secretário — Requerimentos despachados — Diretoria do Expediente — Portaria n. 38 — Requerimentos despachados — Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional dos Despachantes Policiais — Despachos — Serviço de Loteria — Escala do Serviço Policial

SECRETARIA DA FAZENDA — Pagamentos — Despacho do Secretário — Subdiretoria Geral — Pagamentos autorizados — Serviço do Pessoal — Boleto — Departamento da Receita — Expediente — Diretoria de Tomada de Contas — Instituto de Previdência — Expediente

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Direções de Informações — Processos despachados — Diretoria do Expediente — Licenças concedidas — Ato — Superintendência do Ensino Profissional — Departamento de Educação — Expediente — Departamento de Saúde — Expediente

EDITAIS DO EXECUTIVO

DIARIO DOS MUNICIPIOS

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE S. PAULO — Decreto-lei n. 360 (Retificações) — Decreto-lei n. 361 — Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos — Ato — Expediente — Secretaria das Finanças — Ato — Expediente — Secretaria de Cultura e Higiene — Expediente — Secretaria de Obras e Serviços — Expediente — Subprefeitura de Santo Amaro — Expediente — Editais

BOLETIM FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL — Expediente

INEDITORIAIS

PUBLICAÇÕES PARTICULARES.

DECRETO-LEI N. 16.085, DE 14 DE SETEMBRO DE 1946

— Dispõe sobre criação de cargos no Quadro do Ensino.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 8.º, n. V, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam criados, na Tabela II, da Parte Permanente, do Quadro do Ensino, a que se refere o decreto-lei n. 15.505, de 4 de setembro de 1945, os seguintes cargos:

- a) 1.000 (um mil) de Diretor de Grupo Escolar, padrão "K";
- b) 150 (cento e cinquenta) de Inspetor Escolar, padrão "O"; e

c) 35 (trinta e cinco) de Delegado de Ensino, padrão "P"

Artigo 2.º — Na Tabela I, da Parte Suplementar, do Quadro do Ensino, a que se refere o decreto-lei n. 15.005, de 4 de setembro de 1945, ficam criados 5 (cinco) cargos de Chefe de Serviço, padrão "Q"

Artigo 3.º — Serão reclassificados, mediante transferência "ex-officio", nos cargos a que se refere o artigo 1.º:

- I — nos de Diretor de Grupo Escolar, os atuais ocupantes de cargos das classes "I" e "J", da carreira de Técnico de Ensino Primário;
- II — nos de Inspetor Escolar, os atuais ocupantes de cargos da classe "K", da carreira de Técnico de Ensino Primário; e
- III — nos de Delegado de Ensino, os atuais ocupantes de cargos da classe "L", da carreira de Técnico de Ensino Primário.

Artigo 4.º — Serão reclassificados, mediante transferência "ex-officio", nos cargos a que se refere o artigo 2.º os atuais ocupantes de cargos da classe "M", da carreira de Técnico de Ensino Primário.

Artigo 5.º — Para as transferências a que se refere este decreto-lei, fica dispensada exclusivamente para esse efeito e quando imprescindível, a observância do disposto no artigo 71 do decreto-lei n. 12.273, de 28 de outubro de 1941.

Artigo 6.º — As transferências decorrentes das reclassificações previstas no presente decreto-lei independentemente das formalidades de posse e exercício, sendo este considerado em continuação

Artigo 7.º — Faltas as transferências referidas neste decreto-lei, serão declarados extintos pelo Chefe do Governo todos os cargos da carreira de Técnico de Ensino Primário, da Tabela III, da Parte Permanente, do Quadro do Ensino.

Artigo 8.º — O novo provimento do cargo de Diretor de Grupo Escolar será feito mediante concurso de títulos e de provas entre professores primários com mais de 3 (três) anos de efetivo exercício no magistério.

Artigo 9.º — Ficam assegurados para provimento nos cargos de Diretor de Grupo Escolar criados por este decreto-lei, aos professores primários aprovados no concurso para provimento dos artigos caros de Diretor de Grupo Escolar de 4.ª categoria, realizados em 1945, os benefícios do artigo 3.º e parágrafos do decreto-lei n. 15.172, de 24 de outubro de 1945

Artigo 10.º — As remoções de Diretor de Grupo Escolar serão feitas nos períodos de férias das escolas primárias, mediante concurso que deverá preceder sempre ao concurso de ingresso

§ 1.º — A fim de atender às necessidades do ensino no corrente ano, o Departamento de Educação, 8 (oito) dias após a publicação do regulamento a que se refere o artigo 15 deste decreto-lei abrirá inscrição para o concurso de remoção

§ 2.º — As remoções, por permuta, poderão ser concedidas a Diretores de Grupo Escolar das mesmas categorias estabelecidas para as gratificações

Artigo 11.º — Fica instituído nos Diretores de Grupo Escolar a gratificação de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por classe, até 10 (dez) classes, e pelas que excederem a este número:

- a) de 11 a 20 classes, Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros) por classe;
- b) de 21 a 30 classes, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) por classe;

LEIS E DECRETOS DO ANO DE 1945

Acha-se á venda nesta Repartição o Volume de LEIS E DECRETOS DO ESTADO relativo ao 3.º trimestre de 1945, pelo preço de Cr\$ 25,00.

Pelo Correio, mais Cr\$ 2,00.

c) de 31 a 40 classe, Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) por classe.

§ 1.º — Para efeito dessa gratificação serão computadas as classes organizadas no início do ano letivo.

§ 2.º — A gratificação por classe ora estabelecida será paga mensalmente, com o respectivo vencimento.

§ 3.º — A gratificação estabelecida neste artigo só será paga aos diretores que estiverem no efetivo exercício do cargo.

§ 4.º — Nos casos de licença e faltas o desconto da gratificação será feito nas mesmas condições que a lei estabelece em relação ao vencimento

§ 5.º — A gratificação ora estabelecida será incorporada ao vencimento para efeito de aposentadoria, calculando-se para esse fim, a média das gratificações concedidas nos dois últimos anos

§ 6.º — Respeitada a situação dos atuais, nenhum estabelecimento de ensino primário poderá funcionar com mais de 40 (quarenta) classes.

Artigo 12.º — O provimento dos cargos de Inspetor Escolar será feito mediante concurso de títulos entre Diretores de Grupo Escolar com mais de 6 (seis) anos de efetiva direção

Artigo 13.º — Os Delegados de Ensino serão nomeados mediante concurso de títulos entre Inspetores Escolares com mais de 3 (três) anos de exercício no cargo.

Artigo 14.º — São incluídos na carreira de Técnico de Educação 3 (três) cargos de antigos primeiros auxiliares de Orientação Profissional

Artigo 15.º — Dentro de 60 (sessenta) dias a Secretaria da Educação e Saúde Pública expedirá a regulamentação do presente decreto-lei

Artigo 16.º — Os funcionários abrangidos por este decreto-lei perderão o direito ao abono a que se refere o decreto-lei n. 14.938, de 17 de agosto de 1945.

Artigo 17.º — A despesa decorrente da execução deste decreto-lei correrá à conta das verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas oportunamente, se necessário

Artigo 18.º — Este decreto-lei entrará em vigor a partir de 1.º de julho de 1946, revocadas as disposições em contrário

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de setembro de 1946.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Plínio Calado de Castro

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Governo, aos 14 de setembro de 1946.

Raul de Carvalho Guerra,

Diretor Geral, substituto.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Rua Marconi N. 71

APARELHOS TELEFONICOS

Gabinete do Diretor Geral	1.º andar	4-0935
Diretor da Secretaria	1.º andar	4-2386
Assistência Jurídica e Prédios Escolares	1.º andar	4-6057
Assistência do Ensino Secundário e Normal	1.º andar	4-0512
Assistência das Instituições Auxiliares da Escola	1.º andar	4-2437
Assistência do Ensino Primário	1.º andar	4-2437
Ensino Municipal e Particular	1.º andar	4-2397
Assistência do Ensino Rural	1.º andar	4-2921
Serviço de Imprensa e Publicidade	1.º andar	4-2921
Redação da Revista "Educação"	1.º andar	4-2920
Assistência de Música e Canto Coral	1.º andar	4-6935

DELEGACIAS DO ENSINO DA CAPITAL

1.ª — Sede: G. E. "Campos Sales"	1-4656
Rua São Joaquim 228	
2.ª — Sede: G. E. "Rodríguez Alves"	7-1136
Avenida Paulista 277	
3.ª — Sede: G. E. "São Paulo"	3-2741
Rua Consolação 1289	
4.ª — Sede: G. E. "Artur Guimarães"	3-1025
Rua Jaguaribe 354	
5.ª — Sede: G. E. "Prudente de Moraes"	4-0787
Praça da Luz	
6.ª — Sede: G. E. "Romão Ugari"	4-3524
Avenida Rangel Pestana 182	
7.ª — Sede: G. E. "Amadeu Amaral"	4-4456
Cargo São Jorge e Belém 86	
8.ª — Sede: G. E. "Eduardo Carlos Pereira"	1-2092
Provisoramente: Rua da Liberdade 728	

DIRETORIA DO SERVIÇO DE SAÚDE ESCOLAR

Rua Nestor Pestana n. 147	
Gabinete do Diretor	4-6596
Portaria	4-3891

INSPEÇÃO DO SERVIÇO DENTÁRIO ESCOLAR

Rua Aurora 424	4-5982
----------------	--------